

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES-BA**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2025/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2025**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, estabelecida nesta Cidade, Estado do Rio de Janeiro, sito à Rua Luiz Alves Cavalcante, 689, sala 102, Vilar dos Teles, São João de Meriti, RJ, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 11.372.104/0001-43; com fulcro no Parágrafo único do art. 164 do Decreto nº 14.133/2021, vem, respeitosamente, ante V. Sr<sup>a</sup>, através de seu representante legal, propor **IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2025**, ante as razões de fato e de direito que seguem.

Em que pese a sapiência e retidão do ÓRGÃO GERENCIADOR em seu mister, razão não lhe assiste no tocante à redação de determinados **ITENS, SUB-ITENS, CLÁUSULAS e CONDIÇÕES** estabelecidas, de forma **PONTUAL**, no corpo do **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** e **em seus respectivos ANEXOS**, de forma a **LIMITAR a ampla participação ao certame, DISPENSAR TRATAMENTO NÃO ISONÔMICO, mediante INCLUSÃO de critérios técnicos não essenciais**, conforme será evidenciado a seguir.

**I. OBJETO**

1. Constatadas diversas inadequações dos termos previstos no instrumento convocatório, quando comparados à legislação em vigência, bem como características técnicas que importam, na verdade, em restrição à ampla competição e estimulam tratamento não isonômico, a Impetrante se viu obrigada a apresentar as presentes razões, motivo pelo qual passa a dissertar a respeito.

2. Como se sabe, a estrita observância da proposta **mais vantajosa** à Administração Pública (art. 40º., *caput* e par. terceiro, inc. I, da Lei n. 14.133/2021) desafia a validade de todas as **DECISÕES DISCRICIONÁRIAS exaradas pelas autoridades administrativas** que venham a **COMPROMETER, RESTRINGIR** ou, ainda, **FRUSTRAR** o seu caráter competitivo, desde que consistam na (i) **admissão**, (ii) **previsão**, (iii) **inclusão** ou (iv) **tolerância**, em, ao menos, uma das fases do procedimento licitatório voltado à compra (**convocação**, nas **cláusulas** ou, ainda, nas **condições**);



*Produtos de Higiene e Limpeza Ltda*

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da **proposta mais vantajosa** para a **administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em **estrita conformidade** com os princípios básicos da **legalidade**, da **impeccabilidade**, da **moralidade**, da **igualdade**, da **publicidade**, da **proibição administrativa**, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos". (g.n.)

**§1º.** É vedado aos agentes públicos:

**I** – admitir, prever, incluir ou **tolerar**, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem** o seu **caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de **qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º. a 12º deste artigo e no art. 3º da Lei nº. 8.248, de 23 de outubro de 1991.

3. Inclusive, o pleito se justifica porque deve ser assegurado aos interessados o **DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO** como garantia individual, sobretudo nos casos em que o **exercício** das competências estatais for potencialmente apto a afetar os interesses de particulares, sob pena de configurar-se inválido o ato administrativo praticado com infração ao devido processo administrativo (JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 14 ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 103), à luz da disposição normativa aplicável:

**Art. 4.º, Lei nº. 8.666/1993.** Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

**Parágrafo único.** O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

## **II. DA CLÁUSULA - valor total do lote.**

4. O ÓRGÃO GERENCIADOR redigiu:

CNPJ: 11.372.104/0001-43 | Insc. Estadual: 78.930.560

Rua Luiz Alves Cavalcante, 689 - sala 102 - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ - CEP: 25561-140

Tel./fax: (21) 3757-7369 / 3757-7022 E-MAIL: dedcomercial@gmail.com

**Critério de julgamento: menor preço por lote**

5. Somada a ela, o ÓRGÃO não prescreveu em nenhuma parte do edital o porque da composição do lote.

6. Entendemos que este só seria justificável se fossem Bens de natureza **INDIVISÍVEL** o que consiste, na verdade, na **PERDA DE IDENTIDADE** ou, ainda, **REDUÇÃO DO VALOR**, quando fracionado. Não é, r. AUTORIDADE, o caso dos autos. Não guardam os itens, do LOTE 02 – Produtos de Higiene, relação intrínseca suficiente que permita dela inferir a INTERDEPENDÊNCIA ou, ainda, o prejuízo no desmembramento dos itens. Ao revés, o conceito de bem **DIVISÍVEL** pode ser emprestado do Código Civil vigente:

***Artigo 87, Código Civil de 2002.** Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.*

7. Em que pese o entendimento do ÓRGÃO GERENCIADOR, o entendimento esposado espelha a vontade impressa pelo legislador federal nas seguintes normas:

8. Além do mais, o Colendo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO já esposou entendimento consolidado nesse sentido (TCU, Plenário, Decisão 393/94), inclusive objeto de súmula:

*[...] “firmar o entendimento de que, em decorrência do disposto no art. 3º, §1.º, inciso I; art. 8º, §1.º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº. 8.666/1993, é obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade”.*

**Súmula 247, TCU.** É obrigatória a admissão por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de



*Produtos de Higiene e Limpeza Ltda*

*economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade”.*

9. Além do mais, o ÓRGÃO GERENCIADOR deve realizar **estudos** que comprovem as **VANTAGENS** técnica e econômica da aquisição por **LOTE**, em comparação à PARCELADA:

*O TCU determinou ao Ministério da Fazenda que, nas licitações cujo objeto fosse divisível, previamente à definição da forma de adjudicação a ser adotada, **realizasse estudos que comprovassem as vantagens técnicas e econômicas da compra em lote único, comparativamente à parcelada**, a fim de atender ao disposto no art. 23, §1º, da Lei nº. 8.666/1993, e à Súmula/TCU nº. 247 (item 9.2, TC-015-663/2006-9, Acórdão nº. 3.140/2006-TCU-1ª Câmara).*

*Avalie a viabilidade técnica e econômica do parcelamento de compras administradas por aquele órgão, em articulação com o solicitante, com o objetivo de aproveitar as peculiaridades do mercado, visando a economicidade, **e que os resultados da mencionada avaliação figurem nos autos do processo de compra** (Acórdão nº. 496/1998-TCU-Plenário).*

10. Ademais, o magistério do Professor CARVALHO CARNEIRO é nesse sentido:

*A viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão.*

*(CARNEIRO, Daniel Carvalho. O parcelamento da contratação na lei de licitações. Revista Diálogo Jurídico. Ano IV, n. 3, setembro/2004, p.85/95.*

11. Não é despidendo lembrar que o ÓRGÃO GERENCIADOR deve, de forma precípua, percorrer a via virtuosa construída pela Constituição Republicana para a aquisição dos bens de entidades privadas pela Administração Pública, de modo a respeitar todos os princípios intrínsecos ao procedimento licitatório:

CNPJ: 11.372.104/0001-43 | Insc. Estadual: 78.930.560

Rua Luiz Alves Cavalcante, 689 - sala 102 - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ - CEP: 25561-140  
Tel./fax: (21) 3757-7369 / 3757-7022 E-MAIL: dedcomercial@gmail.com



*Produtos de Higiene e Limpeza Ltda*

**O § 4º do Art. 87, Lei nº. 14.133/2021.** A anotação do cumprimento de obrigações pelo contratado, de que trata o § 3º deste artigo, será condicionada à implantação e à regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, apto à realização do registro de forma objetiva, em atendimento aos princípios da impessoalidade, da igualdade, da isonomia, da publicidade e da transparência, de modo a possibilitar a implementação de medidas de incentivo aos licitantes que possuírem ótimo desempenho anotado em seu registro cadastral.

**12.** Portanto, a justificativa para formação de LOTE, não pode ser aceita como BEM INDIVISÍVEL, portanto, o processo não pode prosperar, exatamente pela impossibilidade de se afirmar tal interdependência, o que implica no evidente e obrigatório **DESMEMBRAMENTO DOS LOTES EM ITENS, de forma a permitir o MAIOR ALCANCE DE PROPOSTAS DE ENTIDADES QUE ATENDAM, AO MENOS, UM DOS ITENS, e, ato reflexo, MELHORES E MAIS COMPETITIVOS PREÇOS para atender o INTERESSE PÚBLICO, nas especificações técnicas MÍNIMAS e OBJETIVAS que atendam efetivamente a demanda dos órgãos patrocinadores do procedimento licitatório.**

Na composição do lote 01 há uniforme (Avental) e material odontológico (lima, luva cirurgica, mandril, etc ) e kits odontologicos

Ora Nobres Senhores, sejamos lógicos e razoáveis!!!

Porque não a licitação pode ocorrer em itens, onde somente os kits odontológicos terão maior concorrência.

#### **IV. DOS PEDIDOS FINAIS**

**14.** Ante o exposto, pugna pelo acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA de modo que sejam alteradas, suprimidas e/ou modificadas, parcial ou totalmente, as CLÁUSULAS aqui expostas e cujas impugnação foram detalhadamente desenvolvidas;

**15.** Requer a **SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO** enquanto a AUTORIDADE SUPERIOR não responder, de forma detalhada e exauriente, **sob pena de nulidade do ato e AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO**, todas as impugnações desenvolvidas nesta peça.

**16.** Requer, ao final, que todos os itens impugnados sejam, respectivamente, extirpados

CNPJ: 11.372.104/0001-43 | Insc. Estadual: 78.930.560

Rua Luiz Alves Cavalcante , 689 - sala 102 - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ -CEP: 25561-140  
Tel./fax: (21) 3757-7369 / 3757-7022 E-MAIL: dedcomercial@gmail.com



*Produtos de Higiene e Limpeza Ltda*

e/ou alterados, de acordo com cada impugnação desenvolvida.

**17.** Caso não seja acolhida a presente impugnação, notificaremos o MINISTÉRIO PÚBLICO, CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO E TRIBUNAL DE CONTAS para análise do referido pregão

São os termos que pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025  
Assinado de forma digital por DED PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA:11372104000143  
Dados: 2025.05.13 13:52:08 -03'00'

Denise Fontes de Carvalho  
D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA  
RG.: 00017412864 DETRAN  
CPF.:928.222.317-53  
Sócia Administradora



CNPJ: 11.372.104/0001-43 | Insc. Estadual: 78.930.560

Rua Luiz Alves Cavalcante, 689 - sala 102 - Vilar dos Teles - São João de Meriti - RJ - CEP: 25561-140  
Tel./fax: (21) 3757-7369 / 3757-7022 E-MAIL: dedcomercial@gmail.com



## **PREGÃO ELETRÔNICO: 012/2025**

**OBJETO:** CONSTITUI OBJETO DESTES PREGÃO ELETRÔNICO, A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PENSOS, MEDICAMENTOS, INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A UTILIZAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE APS – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES-BA.

Em resposta aos Pedidos de Esclarecimentos via Plataforma da BLL COMPRAS, da empresa **D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - CNPJ: 11.372.104/0001-43**, posterior análise, seguem respostas abaixo:

### **RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO**

#### **1. INTRODUÇÃO**

Sr. Licitante, cumpre-nos registrar que o Município de Amélia Rodrigues – BA, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e art. 5º da Lei nº 14.133/21, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

O objetivo primordial de qualquer licitação pública é atender a uma necessidade administrativa por meio do fornecimento de um determinado produto ou da contratação de um dado serviço, isto é, através da contratação de uma solução adequada à necessidade demonstrada. Para alcançar essa finalidade, é necessário encontrar a opção que se revele a mais vantajosa para a Administração Pública, dentre todas as possíveis. A licitação é, então, o instrumento adequado a esse desiderato.

Contudo, a satisfação da necessidade administrativa não é a única finalidade do processo licitatório. Conforme a atual redação do artigo 5º da Lei nº 14.133/21, destina-se a licitação a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.





Sendo assim e posterior análise com as áreas envolvidas na demanda, segue resposta a solicitação emitida pela empresa D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - CNPJ: 11.372.104/0001-43, interessada em participar do Pregão Eletrônico nº 012-2025.

**Ref.: Pedido impugnação ao edital - D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**

Considerando o item 2.2 conforme consta no documento Termo de Referência em anexo ao edital do certame em questão:

A divisão dos lotes visa organização quanto a classificação dos tipos de materiais requeridos neste Termo de Referência, tendo em vista que separá-los de acordo características que os diferenciam traz praticidade no tocante a execução contratual dentro das normas legais. Os lotes foram divididos conforme as características dos itens:

- ✓ Lote 1 - Material Odontológico: Insumos (pensos) em sua maioria de uso diário, descartável e curta vida útil;
- ✓ Lote 2 - Medicamentos de uso Odontológico: Relação de fármacos de classificação anestésicos de aplicação local
- ✓ Lote 3 - Instrumentais Odontológicos - São ferramentas utilizadas pelos profissionais da odontologia para realizar procedimentos de diagnóstico, tratamento e cirurgia dentária, possui vida útil de médio prazo, não são descartáveis, mas também não se classificam como bem patrimonial;
- ✓ Lote 4 - Equipamentos Odontológicos - Equipamentos auxiliares, de vida útil longa, valor agregado considerável e que se classificam como bem patrimonial.

Considerando também o histórico de contratações realizadas no município, nos mesmos moldes e parâmetros de estruturação de lotes devidamente Adjudicados e Homologados nos anos 2017,2019,2021 e 2023

Feitas essas considerações, cumpre frisar que, no tocante ao planejamento de compras, a nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu artigo 40, inciso V, alínea "b", como princípio, entre outros, o do parcelamento, "*quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso*", dispondo sobre algo similar no seu artigo 47, inciso II, mencionando o princípio do parcelamento *como obrigatório "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso"*.



Documento assinado digitalmente  
ELANYR CARVALHO DE SOUZA MATTOS  
Data: 16/05/2025 15:34:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Elanyr Carvalho de Souza Mattos Portaria 005/2025  
Secretária Municipal de Saúde